



**IBSAÚDE**  
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E  
EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO



Residência Adm

Município de Navegantes

RECEBIL

04/06/22 - 43.02 OS

Ana Lúcia

**Presidente de Comissão de Seleção**

**Edital de Chamada Pública Nº 18/2022**

**Processo Nº 18/2022 - Município de Navegantes - SC**

**INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO – IBSAÚDE**, com sede na Rua Siqueira Campos, nº1184, Porto Alegre, RS, inscrito no CNPJ sob o nº 07836454/0001-46, representado neste ato por seu presidente José Osório de Medeiros, brasileiro, divorciado, consultor, inscrito no CPF sob o nº 148.217.610-68, residente e domiciliado na Rua Padre Chagas, 311/403, Moinhos de Vento em Porto Alegre/RS, vem expor e requerer:

Foi publicada, pela Comissão de Seleção no Site da Prefeitura de Navegantes-SC no ícone – Licitação, no dia 03/06/2022 a Ata – Resposta do Chamamento Nº 18/2022, habilitando a OS CHC, e, por conseguinte, afastando a impugnação à habilitação apresentada pela OS IBSAÚDE.

Diante disso e dessa forma, tempestivamente, vem a requerente apresentar o presente

### **RECURSO ADMINISTRATIVO,**

**Contra a decisão que habilitou a OS CHC** no presente chamamento, articulando os seguintes fatos e fundamentos:

O Edital de Chamamento Público n.º 18/2022, em seu item 4.6.1.1, alínea 'b', estabeleceu, como um de seus requisitos para habilitação, a apresentação de documento comprobatório da posse do Conselho de Administração da Organização Social.

A eleição e posse do Conselho de Administração de uma Organização Social ocorre em Assembleia dos associados convocada para tanto.

A OS CHC, todavia, não acostou a ata de eleição e posse de seu Conselho de Administração, juntamente com os demais documentos apresentados.

A ausência de apresentação de aludido documento impede que a OS CHC seja habilitada para participar das demais fases do certame.

Importante e relevante:

Mesmo diante do expresse e inequívoco descumprimento da regra editalícia, a Comissão de Seleção habilitou a OS CH se baseando no Estatuto daquela organização social (onde consta um Conselho de Administração composto por apenas 6 membros) – ou seja: não avaliou o fato de que não foi cumprido o Edital (e, pior: quanto a regularidade de tal Conselho de Administração).

Veja-se, então, analisando o Conselho de Administração da OS CHC, constata-se que o mesmo é composto por 1 funcionário público, e 5 membros pertencentes a entidades da sociedade civil (CRM, OAB, CRC e CRA), ou seja, não estando presentes:

- a) **membros eleitos dentre os associados;**
- b) **membros eleitos pelos componentes do próprio Conselho de Administração de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, e**
- c) **membros eleitos na forma do próprio Estatuto.**

Por conseguinte, constata-se que o Conselho de Administração da OS CHC, possui a seguinte formação:

- a) 16,6667% por membro representante do Poder Público (funcionário público); e
- b) 83,3333% por membros natos representantes de entidades da sociedade civil (representantes com inscrição no CRA, CRC, OAB e CRM).

O art. 3º, inciso I, da Lei nº 9.637/1998, porém, exige que o Conselho de Administração da Organização Social tenha a seguinte composição:

*Art. 3º O conselho de administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:*

*I - ser composto por:*

- a) 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;*
- b) 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;*
- c) até 10% (dez por cento), no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;*





*d) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;*

*e) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;*

No mesmo sentido, o art. 5º da Lei Municipal nº 3.577/2021, é cristalino ao dispor que:

*Art. 5.º O Conselho de Administração deve estar estruturado nos termos do respectivo estatuto, observados, para fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:*

*I - Ser composto por:*

*a) 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;*

*b) 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;*

*c) até 10% (dez por cento), no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;*

*d) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;*

*e) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto.*

Deste modo, ainda que a OS CHC tivesse apresentado ata de eleição do Conselho de Administração, dentre os documentos de habilitação **(o que não o fez, frise-se, descumprindo expressamente as normas do Edital)**, a mesma não poderia ter sido declarada habilitada, **pois a composição do mesmo, não atende as exigências contidas no art. 3º, inciso I, da Lei nº 9.637/1998.**

E mais:

A quantidade de membros do Conselho de Administração da OS CHC (6 membros), impede que a mesma atenda às exigências do dispositivo legal em análise, visto que, cada membro representa 16,6666667% do aludido conselho, não tendo, assim, como às alíneas 'c' e 'e', do art. 3º, inciso I, da Lei nº 9.637/1998.

A decisão recorrida, na tentativa de considerar regular o Conselho de Administração da OS CHC, apresentou a seguinte distribuição de membros:



- a) Sra. Joceli Quadros Gabriel, funcionária pública (membro representante do Poder Público equivalente a 16,66667%) - **(a lei exige de 20 a 40%)**;
- b) Luis Fernando Pires, médico e Andressa Bobato Andrade, advogada (membros representantes natos do setor privado, equivalente a 33,333333%) - **(a lei exige de 20 a 30%)**;
- c) Thaisa Dutra Regis Pires, administradora de empresas (componente eleita dentre membros e associados 16,66667%) - **(a lei exige o máximo de 10%)**;
- d) Waldinei Ramos, contador (componente eleito pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral) correspondente a 16,6667%) - **(a lei estabelece de 10 a 30%)**;
- e) Alana Grassi Rossato Mallmann, administradora de empresas (componente eleita na forma estabelecida pelo estatuto, equivalente a 16,66667%), **(a lei exige o máximo de 10%)**.

Conclusão que emerge óbvia e legal:

**Ainda que a OS CHC já esteja qualificada no Município de Navegantes, a referida qualificação é irregular, visto que em desacordo com o dispositivo legal sob análise.**

E, repita-se:

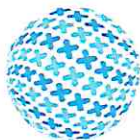
A decisão administrativa recorrida (a qual habilitou a OS CHC) também incorreu em violação aos arts. 3º e 41, da Lei n.º 8.666/1993, pois **não respeitou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, ao decidir contrariedade com a exigência contida no **item 4.6.1.1., alínea 'b' do Edital**.

A jurisprudência coaduna com o entendimento ora apresentado:

**"REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. ORDEM CONCEDIDA NA ORIGEM. HABILITAÇÃO DE EMPRESA QUE NÃO TERIA COMPROVADO A NECESSÁRIA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA A ATIVIDADE OBJETO DO CERTAME (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE AR CONDICIONADO). DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS EDITALÍCIAS E DA LEI N. 8.666/93. DIREITO LÍQUIDO E CERTO EVIDENCIADO.**

**""A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 2013, p. 246)" (TJSC, Apelação Cível n. 0311209-39.2014.8.24.0039, de Lages, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 4/4/2017)." (TJSC, Reexame Necessário n. 0012651-12.2014.8.24.0008, de Blumenau, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, Segunda Câmara de Direito Público, j. 27-6-2017) REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA, MANTIDO O DECISUM." (TJSC, Remessa Necessária Cível n. 0317345-65.2017.8.24.0033, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Odson Cardoso Filho, Quarta Câmara de Direito Público, j. 28-04-2022).**





**“MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL PROMOVIDO PELO MUNICÍPIO DE XAXIM. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, COM AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MERENDEIRA E RECEPCIONISTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE. MEDIDA LIMINAR NEGADA. DECISÃO ACERTADA. PROPOSTA QUE ORÇOU A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PATRONAL EM 0,5% SEGUNDO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022. LICITANTE QUE, TODAVIA, NÃO É FILIADA AO SINDICATO DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS – SEAC/SC E, ASSIM, A PRINCÍPIO NÃO FAZ JUS ÀQUELA ALÍQUOTA. COTAÇÃO QUE, A PRINCÍPIO, DEVERIA TER OBSERVADO O PERCENTUAL DE 1%. APARENTE LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO DESCLASSIFICATÓRIO. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ARTS. 3º, CAPUT, E 41, CAPUT, DA LEI N. 8.666/93. RELEVÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO QUE NÃO CONCORRE PARA A CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR. ART. 7º, INC. III, DA LEI N. 12.016/09. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.**

**“O princípio da vinculação ao instrumento convocatório abrange a Administração Pública e os licitantes e tem como objetivo resguardar a segurança jurídica, através da manutenção das regras estabelecidas inicialmente até o final da contratação. Como lei interna da licitação, ao edital tudo se vincula. Nem os documentos de habilitação nem as propostas podem ser apresentados em desconformidade com o que foi solicitado no instrumento convocatório, sob pena de inabilitação do concorrente”. (TJSC, Apelação Cível n. 2002.017863-8, de Criciúma, rel. Des. Volnei Carlin, Primeira Câmara de Direito Público, j. 10.10.02).” (TJSC, Agravo de Instrumento n. 5019435-94.2021.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, Segunda Câmara de Direito Público, j. 21-09-2021).**

**“AÇÃO ORDINÁRIA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE COBERTURA RADIOELÉTRICA NA PROPOSTA. MOMENTO EXPRESSA E CLARAMENTE PREVISTO NO EDITAL PREGÃO N. 27/2019, ITEM 21.1, ANEXO II, SUBITEM III. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. IGUALDADE DE CONDIÇÕES A TODOS OS CONCORRENTES. PRINCÍPIOS INSCULPIDOS RESPECTIVAMENTE NO ART. 41 DA LEI N. 8.666/1993 E NO ART. 37, XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. INCLUSÃO DE DOCUMENTO POSTERIOR VEDADA. LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. ADEQUAÇÃO DO PERCENTUAL ESTIPULADO COMO BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS.” (TJSC, Apelação n. 5000860-86.2019.8.24.0039, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Jorge Luiz de Borba, Primeira Câmara de Direito Público, j. 25-05-2021).**

**Assim, totalmente ilegal a decisão que declarou habilitada a OS CHC, devendo ser, de forma urgente, reconsiderada, sob pena de, repita-se, ofensa a direito líquido e certo da recorrente.**

Dessa forma e ante todo o exposto, requer o Instituto Recorrente:

- a) O regular recebimento do presente Recurso, já que legal e tempestivo (nos termos antes articulados);



- b) A análise e julgamento dos argumentos aqui apresentados, de forma a gerar a necessária e imprescindível reconsideração da decisão que habilitou a OS CHC, com a resultante inabilitação da mesma para participar nas etapas ulteriores do certame.

Recorda, por fim e mais uma vez, que a habilitação da OS CHC sob os fundamentos aqui atacados é circunstância que atinge diretamente direito líquido e certo da recorrente e gerando dano irreparável.

PEDE DEFERIMENTO.

De Porto Alegre (RS) para Navegantes (SC), 06 de junho de 2022.

  
JOSÉ ERI DE MEDEIROS  
PRESIDENTE DO IBSAÚDE  
[www.ibsaude.org.br](http://www.ibsaude.org.br)  
[presidencia@ibsaude.org.br](mailto:presidencia@ibsaude.org.br)